REVISTA DE DIREITO AMBIENTAL n. 66 abr./jun. 2012

a. 17

	Bysical guilling winners 501 to 1995 62	
	Sumár	
	Tennose Unaviso 1. Constante internancipais para a gestito ila restato della Maria III. 1. Constante internancipais para a gestito ila restato della Maria III. 1. Constante internancipai para a gestito ila restato della III. 1. Constante internancia para il maria il ma	
Амвів	NTAL-CONSTITUCIONAL	
TEI	El principio de no regresión ambiental a la luz de la jurisprudencia constitucional costarricense Mario Peña Chacón	1
		5
	3. A missão constitucional do Poder Judiciário republicano na defesa do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável ANTÔNIO SOUZA PRUDENTE	217
	Ato jurídico perfeito, direito adquirido, coisa julgada e meio ambiente Consuelo Yatsuda Moromizato Yoshida	11
	5. O licenciamento ambiental de acordo com a LC 140/2011 SIDNEY GUERRA	15
Амви	ENTAL-PROCESSUAL	
	Tutela inibitória coletiva do meio ambiente face ao risco ambiental Tatiana Barreto Serra	18
Амві	ENTAL-CIVIL 1970 de Podurfo de Unió un guidatifica filan Asmal, to simuni T	
	Informação para o pós-consumo: consoante a Lei 12.305/2010 Antônio Carlos Efing e Fernanda Mara Gibran	20
DIRE	TO INTERNACIONAL AMBIENTAL	
	A maturidade das fontes como elemento de consolidação do Direito Internacional do Meio Ambiente MARIA CRISTINA M. DE FIGUEIREDO BACOVIS	23
	MARIA CRISTINA IVI. DE FIGUEIREDO DACOVIS	2.
Biodi	VERSIDADE	
	A agrobiodiversidade, o acesso e a repartição dos benefícios deri- vados da utilização dos recursos fitogenéticos para alimentação e	
	agricultura et objenten = materia = ADUBLIN INTO OKDA	27

2. As resoluções do Conama e a reforma do O Matheus Jacob Fialdini e Alexandre Petry Hei	Código Florestal
AMBIENTAL-URBANO	
 Consórcios Intermunicipais para a gestão de ticos e como elemento de desenvolvimento THANABI BELLENZIER CALDERAN, JANE M. MAZZAR 	regional sustentável
 O conteúdo essencial da propriedade urbar ambiente: a experiência do direito italiano 	na e a proteção do meio
DANIEL GAIO	33

DECISÕES VARA ESPECIALIZADA DO MEIO AMBIENTE DA COMARCA DE CUIABA/MT ACÃO CIVIL PÚBLICA - Demanda visando impugnar dispositivos de lei estadual - Adequabilidade da via eleita • AÇÃO CIVIL PÚBLICA - Liminar - Deferimento - Demanda visando impugnar dispositivos de lei estadual - Diploma normativo, de Estado-membro, que institui Zoneamento Socioeconômico Ecológico sem observar as orientações contidas no Dec. 4.297/2002. RESENHAS 1. Direito urbanístico: plano diretor e direito de propriedade, de Victor Carvalho Pinto 2. Ação popular, de Rodolfo de Camargo Mancuso 469 Resenha por Rochelle Jelinek.... Normas de Publicação para Autores de Colaboração Autoral Inédita....... 473